

3º Ano Ensino Médio

UFJ

BRASIL COLÔNIA

2021

EDIÇÃO 01

ENTRE CAPTURAS E CATIVEIROS: AS RESISTÊNCIAS INDÍGENAS E PRETAS

Primeiro Período de História



ENTRE CAPTURAS E CATIVEIROS: AS RESISTÊNCIAS INDÍGENAS E PRETAS

PRODUTORES

Gabriel Teles Martins
Giovanna Procopio Melo Queiroz
Henrique Guimarães Silva
Larissa Barth
Rafael Pistoiresi Lacerda Melo

EDIÇÃO GERAL

Giovanna Procopio Melo Queiroz

Copyright© Revista Brasil Colônia - 01
Todos os direitos desta edição são reservados à
Revista Brasil Colônia - 01



UFJ

1

SUMÁRIO

Apresentação	3
Introdução	4
Resistencia Indígena	6
Tráfego Negreiro	10
Resistência Negra	12
Quilombo Kalunga	16
Indicações	18
Desconstruindo	20
Atividades	21
Referências	25
Nos Contate	26

APRESENTAÇÃO

O nosso material é uma proposta para professores trabalharem de maneira decolonial com os alunos do 3º ano do Ensino Médio, sobre as resistências pretas, indígenas e processo de escravização a que esses sujeitos foram submetidos. Desse modo, os alunos terão acesso a um novo olhar sobre a História, diferente dos livros didáticos, que retratam o lado dos “heróis” (traficantes de escravizados, bandeirantes, donos dos engenhos) e nobres, e deixam de abordar o lado do oprimido e os movimentos destas minorias.

Ao trabalharmos com as formas de resistência desses grupos, queremos mostrar que as pessoas que foram escravizadas e sofreram com os diversos processos, não aceitaram-os pacificamente, se revoltando, fugindo e insistindo nas suas manifestações culturais, as quais muitas ainda estão presentes nos dias de hoje, mostrando que a resistência é efetiva.

Sendo assim, o material traça uma perspectiva histórica sobre como a escravidão foi introduzida no país, os sujeitos escravizados e suas resistências a tal crueldade. Não deixando de notar que as resistências não são lineares, e que as mesmas buscam subsidiar sua liberdade física e cultural. Mesmo que em alguns casos, a resistência não trouxe efeitos imediatos, o material analisa também seus possíveis efeitos futuros.



INTRODUÇÃO

Após três décadas do “descobrimento” do Brasil, a colonização começou a acontecer e o nosso país passou a ser uma colônia com o objetivo de fornecer gêneros alimentícios ou minérios ao comércio europeu. Portugal investiu na política de incentivo à empresa comercial, na qual poucos tipos de produtos eram exportados em grande escala; ademais, fora instituído no Brasil o sistema de grande propriedade e produção em larga escala. Ao lado desses dois elementos, estava o trabalho compulsório, ou melhor dizendo, a escravidão. (NETO, 2013, p. 6)

De acordo com o historiador Ciro Flamarion Cardoso, durante o período colonial brasileiro existiram 4 fases relativas ao trabalho, sendo elas:

- Pré-colonial (1500-1532) - Economia extrativista baseada no escambo com os indígenas;
- 1532-1600 - Predomínio da escravidão indígena;
- 1600-1700 - Fase de instalação do escravismo colonial de *plantation* em sua forma clássica;
- 1700-1822 - Houve uma diversificação das atividades, devido a mineração, surgimento da rede urbana e da manufatura, sempre com a marca da escravidão negra predominando.

Num primeiro momento, os europeus estavam interessados nos produtos tropicais, principalmente o pau-brasil, então eles forçaram o trabalho indígena em troca de alguns objetos que para eles não tinham grande importância, como por exemplo espelhos. Tal prática é chamada de Escambo.

Depois de um tempo, o escambo não resolvia mais a necessidade da mão de obra dos portugueses, e com a implementação da economia açucareira esses passaram então a escravizar os indígenas. Entretanto, os indígenas eram culturalmente incompatíveis com o trabalho compulsório e intensivo, pois estavam acostumados a fazer o necessário sempre para garantir sua sobrevivência (NETO, 2013, p. 7). Os índios, ao serem escravizados e levados para os engenhos, não suportavam o trabalho e, sempre que podiam, fugiam dos canaviais.

A escravidão foi adotada pelos colonizadores em larga escala, usando extensivamente as terras da cultura canavieira e os “negros da terra” (indígenas) para a produção comercial e de subsistência. Como a produção açucareira precisava de grande força de trabalho, um dos artifícios para conseguir essa mão-de-obra era a “guerra justa”, permitida contra índios inimigos que não se submetiam e eram considerados inimigos, que podiam ser escravizados.

Entre 1540 e 1570, em São Vicente, no sul, e Pernambuco, no nordeste, foram instalados cerca de 30 engenhos movimentados por milhares de escravos indígenas. Nessa época, os senhores de engenho combatiam os missionários jesuítas junto à Coroa portuguesa, pois os religiosos impediam a escravização dos índios aldeados.

Nesse contexto, intensificaram-se as rebeliões e os massacres de indígenas. Ademais, doenças trazidas pelos europeus matavam milhares de indígenas, como por exemplo a varíola, sarampo e gripe, resultando também em períodos de grande fome que os assolava (pois muitos que morreram eram os responsáveis pelo plantio de alimentos). Tais motivos fizeram com que os europeus perdessem sua principal mão de obra da época.

Passou-se a ter um “problema”, a ausência de uma mão de obra em grande escala, obediente e de baixo custo operacional impedia que os portugueses mantivessem suas atividades no Brasil. Caso então essa mão de obra fosse uma mercadoria, em cima da qual os mercadores europeus pudessem ganhar lucros, melhor seria. Essa foi a lógica usada pelos europeus para trazerem os negros africanos para exercerem o trabalho compulsório - escravidão (LEITE, 2017, p. 66)



“Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos”, tela de Jean-Baptiste Debret.

GLOSSÁRIO

- Plantation: Tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.
- Guerras-justas: Era uma doutrina que autorizava a Coroa e a Igreja a declararem guerra aos “pagãos”, no caso, os indígenas. Esse direito foi limitado à autoridade real no século XVI. Nessa época, a existência de costumes bárbaros e o impedimento à propagação da fé já não bastavam para declarar uma guerra-justa, precisando então haver impedimento ao comércio e à expansão do projeto colonial territorial.
- Missões jesuítas: Também chamadas de reduções, foram os aldeamentos indígenas organizados e administrados pelos padres jesuítas no Novo Mundo, como parte de sua obra de cunho civilizador e evangelizador. Os missionários eram auto representados como salvadores das almas e portadores da civilização.



ENGENHO DE
AÇUCAR -
JOHANN
MORITZ
RUGENDAS.

RESISTÊNCIA INDÍGENA

A resistência indígena à escravização e assimilação, sempre é citada superficialmente, por exemplo, a fuga de volta à mata. Entretanto, não é apenas a fuga para a floresta, a única forma de resistência ao escravismo e ao aldeamento. A simplificação do processo de resistência indígena, é o resultado das especificidades regionais que podem ser consideradas resistências.

Entre as lutas indígenas por liberdade na colônia, que podem ser enumeradas entre os registros e documentos, além da fuga para a mata, estão as invasões de vilas e fazendas, no auge do ciclo da cana de açúcar; as guerras em defesa das aldeias, grande maioria contra as bandeiras; a colaboração com os europeus; e o suicídio, quando aprisionados.

Como abordado acima, em cada região o processo de resistência indígena, se deu de uma forma diferente. Levando em conta, a etnia indígena, administração colonial e as populações conterrâneas, naquela determinada área. Além, dos interesses dos grandes agricultores por mão de obra barata e submissa. Neste contexto de resistência não padronizado, propomos a análise do processo de resistência no sertão e nas vilas de Minas Gerais, durante o século XVIII, para exemplificar como funcionou, apenas um dos diversos movimentos indígenas em defesa de sua cultura e território.

A RESISTÊNCIA INDÍGENA NOS SERTÕES E NAS VILAS DE MINAS GERAIS

Resistência territorial:

Durante o século XVI e XVII, incontáveis grupos indígenas haviam se deslocado para o interior, fugindo da colonização da costa, formando um refúgio nas florestas a leste da capitania de Minas Gerais. Com a formação das vilas e lugarejos a oeste destes povos, que ia de Matias Barbosa ao sul ao Rio Pardo ao norte, e a decadência do ouro, a interiorização avançou para dentro das florestas. Em busca de novas fontes de riqueza mineral, agrícola e comercial.

Os posseiros e os oficiais da colônia alegavam que eram mensageiros da civilização, e teriam direito a usar da violência apenas em casos de autodefesa quando atacados pelos "selvagens". Como em inúmeros lugares, este mito provou ser falso. Mas, não nos deixemos seduzir, a rejeição de que os indígenas simplesmente se defendiam, constrói uma errônea narrativa que subestima a prolongada insistência dos sertanejos e resistência das populações autóctones.

Podemos afirmar que os autóctones da região – entre eles os Coroados, Puri, Botocudo, Kamakã, Pataxó, Panhame, Maxakali entre outros – esfacelados pelas doenças, deslocados geograficamente e em minoria de armas e homens, ao longo da luta pela sobrevivência, assim como os colonizadores, não agiam apenas em defesa de si próprio.

Entre os exemplos mais comuns, o caso dos Puri e dos Botocudo, que repentinamente iniciavam ataques territoriais, em regiões recém ou firmemente ocupadas. Devemos levar em consideração, que pouco sabemos como verdadeiramente eles se comportavam, e a única interpretação possível é feita pelos colonizadores.

Os movimentos bandeirantes são indissociáveis, entre as marchas armadas para dentro das florestas, marchas que somaram cerca de 79 expedições, entre os anos de 1755 e 1804. Embora, possa ser descoberto um maior número, o ápice das entradas foi atingido entre 1765 e 1785. O embasamento que justifica tanta violência se dá nas bandeiras de retaliação. Qualquer entrada na floresta provocaria resistência de forma violenta, o que provocaria outra expedição. Entretanto, as bandeiras eram convocadas quando, na opinião do governador, a hostilidade entre indígenas e posseiros demandava força militar. Permitindo que os créditos dos violentos enfrentamentos, na maioria das vezes, ficassem nas mãos dos sertanejos e das comunidades autóctones.

Mesmo que os objetivos das expedições bandeirantes fossem buscar metais preciosos, não se pode subestimar que a captura de indígenas não aconteceu. Não existem dúvidas, que boa parcela das comunidades autóctones foram capturadas nestes confrontos, para gerar um reduto de mão de obra, para a extração mineral e para o trabalho agrícola e doméstico.

Resistência à escravização:

Mesmo que o objetivo das expedições bandeirantes fosse em busca de metais preciosos, não se pode subestimar que a captura de indígenas não aconteceu.

Não existem dúvidas, que boa parcela das comunidades autóctones foram capturadas nestes confrontos, para gerar um reduto de mão de obra, para a extração mineral e para o trabalho agrícola e doméstico.

Esta relação escravista era possível através do pretexto de catequizar o "índio infiel", sendo assim o colono seria um tutor, responsável pela instrução particular dos autóctones na vivência da fé católica.

Historicizando

Entre 1760 e 1808, o ano em que o Príncipe Regente João declarou guerra ofensiva aos Botocudo, ato que oficializou meio século de conflitos, nos diários do governo da capitania são relatados 85 encontros violentos envolvendo índios no sertão do leste. Quase a metade dos incidentes ocorreu entre 1765 e 1769, período no qual as operações militares contra os índios no sertão alcançaram seu ápice sob a batuta do governador Lobo da Silva e seu sucessor José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, o Conde de Valadares (1768-1773).

Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-rei Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur (2007)



UFJ

Botocudos por Debret

Nas vilas de Minas Gerais, além dos capturados, outros indígenas de diversas etnias se apresentavam por livre vontade para serem acolhidos, esses eram fugitivos, raptados ou desertores, que passaram a viver tutelados pelos colonos e eram conhecidos como "índios coloniais".

Mas, a resistência não daria tempo para driblar a burocracia com o reconhecimento da liberdade dos índios entre junho de 1755 e maio de 1758, pelas mãos do Marquês de Pombal. Influenciado pelo movimento pombalino, o governador de Minas, Luiz Diogo Lobo da Silva, em 1760, reeditou toda a legislação permitindo que os indígenas e os mestiços, fossem sujeitos às mesmas leis civis que regiam as populações urbanas.

Para os indígenas abriu-se um precedente fabuloso, agora eles possuíam a condição jurídica de acionar a justiça colonial na defesa de seus direitos, seja ele um indígena livre ou escravizado. Apoiados na reedição, muitos "índios coloniais" moveram ações de liberdade contra seus administradores/tutores em várias regiões de Minas Gerais.

Deve ser considerado, que nem todos teriam a mesma sorte. Principalmente quando era necessário provar sua ascendência indígena para garantir o seu direito, muitos eram tomados pela invisibilidade étnica, pois os administradores procuravam dissimular a origem étnica, designando-os por meio da categoria de mestiçagem.

Por vezes, as características fenotípicas, foram fortes aliadas para que o indígena ganhasse sua liberdade, pois em variados casos este seria a única forma de definir a ascendência reivindicada.

Mesmo que as próprias características físicas fossem motivos de preconceito, na sociedade mineira, a liberdade era um marco diferencial. Essa mesma liberdade, só era possível ao indígena quando acionava a justiça. E reivindicava o título de homem livre, sob o pressuposto de "gentio da terra".

Historicizando

Em 1764, Leonor e seus três filhos e também seus netos, de "geração carijó", ancorando-se nessa legislação, requereram ao governador, em Ouro Preto, para serem "libertos e isentos da escravidão em que se achavam", sob o domínio de Domingos de Oliveira, que os mantinha cativos, maltratando-os e infringindo "rigorosos serviços e pancadas". Feitas as averiguações, o governador ordenou que uma escolta fosse libertar os carijós, procedendo contra aqueles que colocassem quaisquer embaraços.

Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-rei
Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur (2007)



Óleo sobre tela de Benedito Calixto (1920)



GLOSSÁRIO

- Índios coloniais: índios e/ou seus descendentes, destribalizados por diversas razões, de várias origens étnicas e/ou geográficas, trazidos ou nascidos na sociedade colonial, que foram incorporados à vida sociocultural da Minas Gerais setecentista.
- Características fenotípicas: o fenótipo determina a aparência do indivíduo (em sua maioria, aspectos visíveis), resultante da interação do meio e de seu conjunto de genes (genótipo).
- Autóctones: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena.

Guerrilhas, por
Johann Moritz
Rugendas, 1835.

UFJ



TRÁFICO NEGREIRO

O tráfico negreiro foi responsável pelo arrebatamento de milhões de homens e mulheres da África para serem escravizados na América, principalmente nas terras brasileiras. Essa atividade comercial via Oceano Atlântico foi um investimento econômico e cultural do capitalismo europeu, que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um novo sistema econômico mundial.

A política expansionista dos países europeus, sobretudo Portugal e Espanha, tinha como objetivo a obtenção de lucros através do comércio de especiarias com a Ásia, extração de ouro da África Subsaariana e da exploração de terras na América para que produtos agrícolas de grande procura na Europa fossem cultivados. Para que essa produção agrícola em grande escala fosse garantida, foram instituídos o tráfico negreiro e a escravização desregada de homens e mulheres no Brasil.

Presume-se que tenham sido trazidos forçadamente cerca de 40% dos africanos vitimados pela escravidão. Foram eles e seus descendentes que constituíram a quase total força de trabalho existente durante os mais de trezentos anos em que vigorou a instituição escravocrata brasileira. Os afro-brasileiros deram vida e fizeram movimentar engenhos, fazendas, minas, plantações, fábricas entre várias outras atividades econômicas do Brasil.

Quanto à legislação relacionada aos escravos, no Brasil Colônia existiam leis que protegiam os índios contra a escravidão (apesar de serem pouco aplicadas por causa do excesso de ressalvas), mas que não abrangiam o negro, pois este não tinha direitos por ser considerado juridicamente uma "coisa".

Vale também ressaltar que as ordens religiosas que acabaram protegendo os indígenas da escravidão imposta pelos colonos, não davam nenhuma importância aos negros, logo, nem a Corte portuguesa, nem a Igreja se colocavam contrários a escravização do negro. Também vale ressaltar que os negros não aceitaram a escravidão passivamente.

Eram muito comuns as fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores e resistência. Tanto é que no Brasil Colonial existiram centenas de quilombos, estabelecimentos de negros que escapavam de seus donos pela fuga. Esses quilombos, como o de Palmares e o Kalunga, são os maiores símbolos de resistência escrava no Brasil.

As primeiras manifestações de resistência à escravidão foram enfrentadas pelos escravizadores ainda na África, no momento em que os negros e negras eram capturados, amarrados e amontoados em armazéns, à espera dos navios que os trariam para o Novo Mundo. Como uma viagem entre a África e o Brasil era muito dispendiosa, esses humanos, vitimados pela mercadorização, permaneciam por vários dias trancados à espera da formação de uma carga completa, para então serem transportados até o destino de sua escravização. Durante a espera não permaneciam quietos, resistiam de todos os modos possíveis, sendo mais comum a rebelião. Há registros de rebeliões na ilha de São Tomé; e também a bordo dos navios negreiros irromperam revoltas nas quais, os escravizados matavam marinheiros e europeus, jogavam-os nas águas salgadas do Atlântico e tomavam o comando dos navios. Alguns navios foram a aportar em ilhas povoadas apenas por índios, ou na costa da América Central. E quando resistir se tornava impossível, restava-lhes aguentar as condições desumanas da viagem que, muitas vezes, causavam-lhes a morte.

(LEITE, 2017, p. 67)

Os muitos que sobreviveram à longa e penosa travessia do Atlântico, passaram a desempenhar importante papel como mão de obra escrava distribuída por inúmeras atividades no litoral e interior da colônia. É importante frisarmos que, as formas de organização, expressões culturais, religiosidade e o modo de vida africano, que sobreviveram apesar da escravidão, expressam também formas de resistência ao processo de coisificação ao qual estavam submetidos.

A escravidão foi extinta, em 1888, mas a situação dos negros, que eram escravizados, em quase nada foi alterada. Faltaram medidas políticas visando a integração dos ex - escravizados na sociedade.

Os ex-escravos foram abandonados à própria sorte. Caberia a eles, daí por diante, converter sua emancipação em liberdade efetiva. A igualdade jurídica não era suficiente para eliminar as enormes distâncias sociais e os preconceitos que mais de trezentos anos de cativo haviam criado. A Lei Áurea aboliu a escravidão mas não seu legado. Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma pena. A abolição foi apenas o primeiro passo na direção da emancipação do negro. Nem por isso deixou de ser uma conquista, se bem que de efeito limitado.
(COSTA, 2008, p.12).

A instauração da República, em 1889, não trouxe nada de positivo para os libertos. Ao contrário; excluiu os analfabetos do direito de voto, eliminando a maioria dos ex - escravizados do eleitorado.

Assim, nos anos que se seguiram à abolição, os sonhos de liberdade transformaram-se muitas vezes em pesadelo. Tendo que enfrentar muitas condições adversas, os libertos não tardaram a entender que sua luta não chegaria ao fim. Caberia a eles mesmos se organizarem para defender seus direitos.

Tratamento em um navio negreiro. Fonte: R7 - Conhecimento Científico, 2020.



Interior de um navio negreiro. Fonte: Carta Capital



RESISTÊNCIA NEGRA

Durante o período colonial brasileiro, a coroa portuguesa garantia a legalidade da escravidão e a oferta regular de cativo, porém, não conseguia assegurar o controle do senhor sobre seus escravizados, o que cabia ao senhor controlá-los. Essa relação, entre os senhores e seus escravizados, favorecia o lado econômico, pois assim poderia focar no controle Colonial. Entretanto, pelo lado social e cultural, essa relação entre esses dois mundos proporcionou um choque de culturas, que acarretou para rivalidades entre ambos, por conta de suas origens, língua e a própria religião. Portanto, não se deve considerá-los como um bloco homogêneo.

Resistência a condição de escravidão

Com a finalidade de se desprenderem da condição de escravo exercidas pelos seus senhores, várias formas de resistências instauraram-se nos engenhos, minas, fazendas e plantações do Brasil colônia. Por exemplo, muitos escravizados faziam "corpo mole" no trabalho, quebravam ferramentas, incendiavam plantações, agrediam senhores e feitores, rebelavam-se individual ou coletivamente. Porém, foram as fugas, seguidas de formação de quilombos, os maiores símbolos da resistência escrava no Brasil.

As fugas eram uma das formas mais comuns de resistência que visavam, ou melhores condições de trabalho e diretos para o escravo, ou uma tentativa de romper qualquer relação entre o escravo e o seu senhor, podendo ser realizadas individualmente, ou coletivamente. Quando realizada de forma individual, o fugitivo procurava se assentar em um local seguro para, posteriormente, migrar para região periférica de uma cidade próxima e viver uma vida assim como um legítimo homem livre. Entretanto, essa fuga era extremamente perigosa, pois se o fugitivo fosse preso e identificado pelo seu antigo proprietário, o mesmo era encaminhado de volta para o local de origem da fuga e, em sua maioria, recebiam tratamentos ainda mais violentos do que anteriormente à tentativa de fuga.

Quilombo



Roda de capoeira, Johann Moritz Rugendas, 1835

A índole de resistência e união dos cultos africanos, no contexto do mundo colonial, não se encontravam apenas em revoltas, como também estavam interligadas de forma coletiva, a fuga de escravizados, que resultava na formação de comunidades independentes, nomeadas de quilombo.

Também chamados de mocambo, esses agrupamentos de escravizados fugitivos, pelo menos a maioria deles, não se localizavam de forma isolada, perdidos no alto das serras, além da sociedade envolvente. Embora em lugares protegidos, os quilombolas na sua maioria viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravizados, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente eles trabalhavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos com escravizados e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros.

Vale também ressaltar que, os quilombos não eram constituídos apenas de escravizados fugidos e seus descendentes, que se escondiam da perseguição nos Terreiros de Candomblé, ou que participavam de instituições que lutavam a favor da libertação. Para ali também convergiram outros tipos de trãnsfugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de indígenas pressionados pelo avanço europeu. Mas predominavam os africanos e seus descendentes. Ali, africanos de diferentes grupos étnicos administraram suas diferenças, forjaram novos laços de solidariedade, recriaram culturas e, sobretudo, buscavam sobreviver, viver bem em meio ao predomínio de um sistema que buscava o lucro sob a privação da liberdade de seu povo.

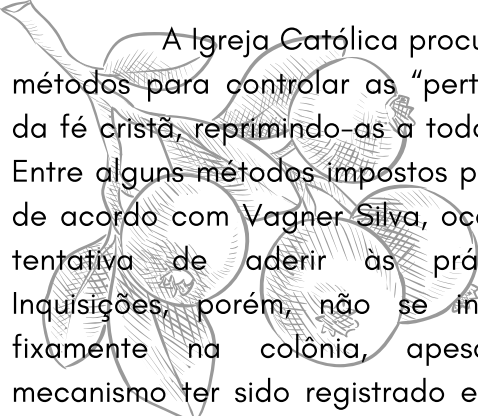
Resistências religiosas



A troca entre as crenças foi corrente no desenvolvimento da cultura religiosa brasileira. Roda de capoeira, Johann Moritz Rugendas, 1835

Em meados do século XVI, precisamente em 1549, o catolicismo foi oficializado como religião obrigatória no Brasil, decorrente das primeiras missões jesuíticas na colônia. Contudo, foi proibido qualquer outro culto de fé, o que gerou opressão, mas não foi o suficiente para apagar a presença dos cultos indígenas e africanos na Colônia.

Após a declaração e a instalação da igreja católica no Brasil Colonial, os cultos de matriz africana passaram a ser praticados de forma disfarçada ou escondida, com o intuito de evitar sua repressão. Além da tentativa de controlar a fé dos escravizados, os colonizadores também generalizaram e ignoraram a diversidade de crenças, o que resultou na denominação “calundos” para qualquer religião de origem africana. Segundo o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, o termo “calundos” era utilizado para designar “todo tipo de dança, cantos, músicas acompanhadas por instrumentos de percussão, invocações de espíritos, sessões de possessão, adivinhação e cura mágica” (SILVA, 2005, p. 43).

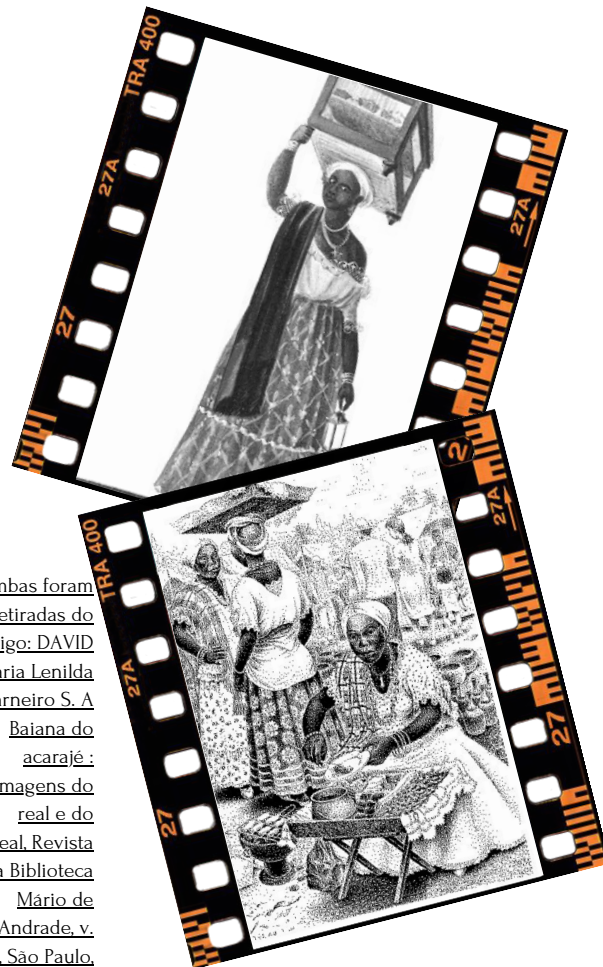


A Igreja Católica procurou impor métodos para controlar as “perturbações” da fé cristã, reprimindo-as a todo instante. Entre alguns métodos impostos pela igreja, de acordo com Vagner Silva, ocorreu uma tentativa de aderir às práticas da Inquisição, porém, não se instauraram fixamente na colônia, apesar desse mecanismo ter sido registrado em 1591 na Bahia, e 1618 em Pernambuco, em que houveram vários processos de deportações, sobre a acusação de heresias.

Contudo, deve-se relevar que a escravidão não proporcionava a liberdade de forma natural como ser humano, mas as formas de resistência auxiliaram na luta contra a escravidão e à busca da liberdade. Através dessa luta, pode-se notar que ao decorrer das vidas dos escravizados, suas tradições se mantiveram, porém, foram adaptadas aos seus cotidianos, tendo mudanças em suas práticas e suas relações com outros povos, com a finalidade de se sentirem acomodados, após um longo período de resistência. Logo, alguns elementos culturais permaneceram, enquanto outros foram rompidos, tais como a forma de vestir-se, e agir anteriores a escravização, e sociais, por meio de ideias de como se constituir uma família, dentro da escravidão. A respeito dessa resistência, percebe-se que essas mudanças moldaram ou transformaram a realidade dos escravizados, com a intenção de se proteger e viver melhor.



Culinária



Ambas foram retiradas do artigo: DAVID Maria Lenilda Carneiro S. A Baiana do acarajé: imagens do real e do ideal, Revista da Biblioteca Mário de Andrade, v. 57, São Paulo, jan./dez., 1999, p. 147-155.

Ao decorrer do Brasil colonial, as escravizadas exerciam um trabalho fora das casas de seus senhores, que era o de comercializar suas iguarias, no qual todo lucro recebido era dado para seus senhores e senhoras. A partir desse trabalho, elas ficaram conhecidas como negras ganhadeiras e/ou vendadeiras, e por isso, elas se tornaram valiosas dentro do mercado escravagista.

Desde séculos passados, elas exerciam este ofício, onde utilizavam sua sabedoria sobre os espaços religiosos, que também eram praticados, para ganhar dinheiro. Portanto, a maioria dessas escravizadas percorriam a cidade vendendo comidas de orixás.

Para comercializar seus produtos, as ganhadeiras carregavam em seus tabuleiros a força e a coragem, o que caracterizavam seus empreendedorismos e seus apegos fortes ao comércio, onde conseguiam ultrapassar barreiras. Contudo, em muitas das vezes, as escravizadas obtinham não só o suficiente para pagar a seus proprietários, como também serviriam para comprar a sua liberdade ou de outros escravizados, com a aquisição da própria Carta de Alforria.

Entre os pratos típicos da cultura afro-brasileira, o acarajé foi nomeado símbolo dessa cultura em 2004, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no qual alcançou o status de bem imaterial, sendo registrado no "Livro dos Saberes".

A história do acarajé representa a resistência das escravizadas baianas, no qual possui significado de cunho religioso, pois o acarajé é uma comida de orixá, comida sagrada dedicada às yabás Iansã/Oyá (Candomblé de Ketu) e Kaiongo (Candomblé de Angola). Além disso, esse prato também enaltece a importância da preservação da cultura africana e afro-brasileira. Portanto, ao dar significância à culinária afro-brasileira, as baianas do acarajé mantêm ligações com as suas próprias referências culturais e identidades construídas por séculos dentro dos terreiros, das convivências familiares e das ruas.



GLOSSÁRIO

- Heresias: Heresia é quando alguém tem um pensamento diferente de um sistema ou de uma religião.
- Iguarias: comida delicada e/ou apetitosa.
- Carta de Alforria: A partir do século XVIII, no chamado século do ouro, os escravos tiveram uma chance de conseguirem sua liberdade. Para isso era necessário comprar a chamada Carta de Alforria. A Carta de Alforria era um documento que era dado ou vendido a um escravo pelo seu proprietário.



Ofício das Baianas do Acarajé

QUILOMBO KALUNGA

No nordeste de Goiás, onde hoje se encontra a cidade de Cavalcante, reside também a maior comunidade quilombola do Brasil, o Quilombo Kalunga.

**“QUEM É KALUNGA
SABE. QUEM NÃO É,
TEM QUE
APRENDER.”**

Ainda no início do século XVIII, em 1700, quando o ciclo do ouro e a garimpagem estavam em alta, minas e fazendas eram repletas de escravizados a custo de seu trabalho forçado, escravos esses que tinham o maior sonho em comum: a liberdade. O modo de vida precário, os castigos intensos e a visão de seu senhor sobre si apenas como uma mercadoria, influenciava ainda mais nas fugas recorrentes na região. Era nesse momento que os Capitães do Mato entravam em cena, recapturando alguns dos escravos que recebiam severas punições ao voltarem. Mas, o que faziam aqueles que conseguiam fugir?

A resposta, apesar de óbvia, faz sentido quando a analisamos na perspectiva que temos hoje. Para o mais longe possível, onde nenhum capitão do mato ou senhorio pudesse pôr os pés.

Lugares assim não faltavam na região de Goiás, com serras e morros que eram engolidos por uma vasta região de buritis que dificultavam ainda mais o acesso. Basta olhar para a região Kalunga hoje e analisar sua localização. Próxima à Chapada dos Veadeiros, famosa por suas cachoeiras, rios que cortam todo o lugar, serras, morros de pedra e vales extensos que se assemelham a uma muralha difícil de se atravessar. O lugar fala por si mesmo: deixem-nos em paz.

Quando os Bandeirantes chegaram em Goiás, muitos povos indígenas - Acroá, Caepuxi, Xavante, Kaiapó, Karajá - que habitavam a região, migraram para a Chapada dos Veadeiros, a fim de fugir da condição de escravizado que os portugueses impunham, e também das doenças que os brancos traziam. Foi graças a essa migração forçada, que os primeiros quilombolas que chegaram na região, encontraram com os indígenas que tanto influenciaram em sua cultura e modo de vida. Ainda nos dias de hoje, a forma como os Kalungas fazem suas casas e seu roçado, vem do aprendizado no modo de vida indígena que compartilharam séculos atrás.

No começo, a relação entre índios e negros era baseada em desconfiança na parte dos povos indígenas. Os quilombolas os viam como compadres, unidos pelo alvo nas costas levantados pelo mundo dos portugueses, na visão dos indígenas, os negros também faziam parte desse mundo.

Paulo Araújo: Ministério do Meio Ambiente

Cofreio Brasileiro: 2020

KODAK PORTA 400

UFJ

Diziam que poucos momentos se viram indígenas vagando perto dos quilombos, só sabiam que eles estavam por perto pelo som de suas flautas de bambu que ecoavam pela floresta. Vez ou outra, na calada da noite, eles adentravam o território quilombola e roubavam a comida deixada de fora e até mesmo algumas galinhas. Pouco a pouco, com jeitos “estranhos” ao ver dos negros, os indígenas se deixavam confiar, e ao longo do tempo crescia uma cordialidade entre ambos.

Toda a dificuldade de acesso à comunidade, faz acreditar que foi o maior motivo para que o Quilombo permanecesse isolado por três séculos. Por muito tempo os quilombolas ouviram histórias do mundo antigo, e suas dificuldades que hoje soam como impossíveis. O que de fato surpreende, é pensar que essas histórias do mundo antigo atingiram seu fim por volta da década de 1980, quando a pesquisadora Mari de Nasaré Baiocchi, da Universidade Federal de Goiás, percorreu e mapeou quase toda a região onde habitava o povo Kalunga, trazendo-os para uma posição de compreensão dos próprios direitos dentro da sociedade que por muito tempo evitaram. Antes disso, a vida continuava árdua, trocando a perseguição dos capitães do mato, por fazendeiros. Em sua vida de subsistência, as poucas coisas que podiam comprar fora da comunidade, eram procuradas em Belém do Pará. A distância percorrida atrás de coisas simples como panelas de ferro e sal, eram realizadas através de pequenas embarcações que corriam os rios que iam se encontrando, do Paranã até o Tocantins e por fim chegar em Belém.

Sendo hoje reconhecido pela ONU como o primeiro território no Brasil conservado pela comunidade, o Quilombo Kalunga é finalmente visto com a importância que traz para o país. Não só como cultura e uma parte crucial da história de Goiás, como também na representação de cuidado com suas terras - apesar de frequentemente invadidas por fazendeiros e retomada pelos mesmos graças a demora no sistema judiciário de reivindicação de terras. Hoje, espécies de plantas e animais em extinção se encontram nas terras quilombolas, como o próprio veado da Chapada dos Veadeiros, o lobo-guará, arara-azul e uma infinidade de periquitos e aves. Assim como seu nome Kalunga sugere, um verdadeiro santuário, local a ser protegido e respeitado.

GLOSSÁRIO

- Capitães do Mato: serviçal de uma fazenda ou feitoria, encarregado da captura de escravos fugitivos e destruição de quilombos.
- Bandeirantes: homens que participavam das bandeiras durante o século XVI e XVII, mapeando territórios, procurando metais preciosos e capturando indígenas.
- Paranã: rio que nasce no planalto central em Goiás e ao se juntar ao rio Maranhão no estado do Tocantins, forma o rio Tocantins que por sua vez tem sua foz na Baía do Marajó.

INDICAÇÕES



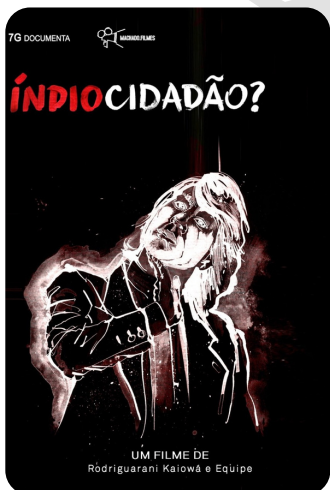
Diretor: Marco Bechis
Ano de produção: 2008

Sinopse: Apesar de suas tradições serem muitas vezes atropeladas pela civilização, os índios Guarani-Kaiowás, do Mato Grosso do Sul, ainda tentam manter algumas delas, seja pelo respeito aos seus antepassados, ou mesmo para simular uma vida selvagem para o "homem branco", que paga para ver o desconhecido. Confinados em reservas, esses índios não têm muito do que precisam para sobreviver, como amplas áreas para a caça e o contato com a terra onde estão enterrados estes ancestrais. A constante atração da cultura branca faz com que muitos jovens da aldeia se sintam vazios e decidam se matar, tomados por um espírito ruim que ronda a reserva. Cansado de ver sua tribo diminuir, o líder Nadio decide abandonar o local para ocupar a região originalmente deles.



Diretor: João Daniel Tikhmiroff
Ano de produção: 2009

Sinopse: Bahia, década de 20. No interior os negros continuavam sendo tratados como escravos, apesar da abolição da escravatura ter ocorrido décadas antes. Entre eles está Manoel (Ailton Carmo), que quando criança foi apresentado à capoeira pelo Mestre Alípio (Macalé). O tutor tentou ensiná-lo não apenas os golpes da capoeira, mas também as virtudes da concentração e da justiça. A escolha pelo nome Besouro foi devido à identificação que Manuel teve com o inseto, que segundo suas características não deveria voar. Ao crescer Besouro recebe a função de defender seu povo, combatendo a opressão e o preconceito existentes.



Diretor: Rodrigo Siqueira
Ano de produção: 2014

Sinopse: É um documentário sobre a luta das nações indígenas brasileiras pela conquista e manutenção dos direitos constitucionais conquistados na Constituinte de 1987/88. O filme resgata dois momentos-chave nesse processo: a campanha popular dos povos indígenas na Constituinte e o período de manifestações em Brasília contra os ataques legislativos do Congresso Nacional, com a ocupação da Câmara dos Deputados no Abril Indígena 2013 e a Mobilização Nacional Indígena em outubro do mesmo ano. Ancorado em depoimentos e falas públicas de importantes lideranças indígenas, como o cacique Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Sonia Guajajara, Davi Yanomami, Alvaro Tukano, entre outros, o filme traz episódios históricos e contemporâneos da luta indígena no debate político do Congresso Nacional, contando com elementos inéditos, fruto de intensa pesquisa de acervos públicos e privados.



A Última Abolição

Diretor: Alice Gomez

Ano de produção: 2017

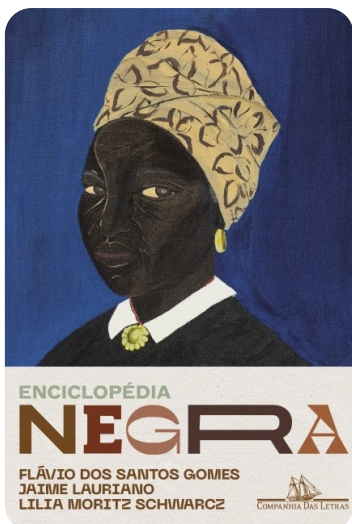
Sinopse: O Brasil tem o vergonhoso título de “último país ocidental a abolir a escravidão”, fato que se deu apenas em 1888. O documentário A Última Abolição aborda a escravidão no Brasil com especial enfoque no período da abolição, destacando os movimentos abolicionistas, a resistência escrava, o papel das mulheres negras na resistência, as discussões da elite do país no período, culminando com a assinatura da Lei Áurea e suas consequências para a população negra do Brasil pós-abolição aos dias de hoje.



Autor: Ailton Krenak

Ano de publicação: 2019

Uma parábola sobre os tempos atuais, por um de nossos maiores pensadores indígenas, Ailton Krenak. Neste livro, o líder indígena critica a ideia de humanidade como algo separado da natureza, uma "humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô". Essa premissa estaria na origem do desastre socioambiental de nossa era, o chamado Antropoceno. Daí que a resistência indígena se dá pela não aceitação da ideia de que somos todos iguais. Somente o reconhecimento da diversidade e a recusa da ideia do humano como superior aos demais seres podem ressignificar nossas existências e refrear nossa marcha insensata em direção ao abismo.



Autores: Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano, Lilia Moritz Schwarcz

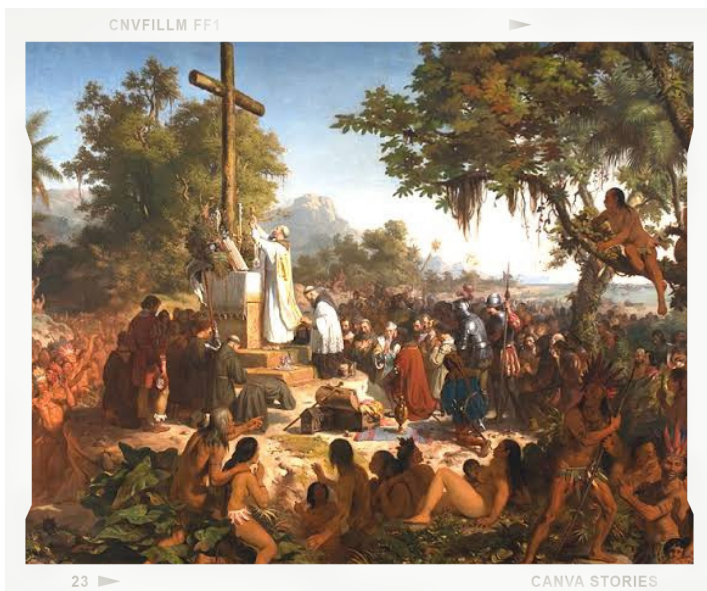
Ano de publicação: 2021

De Abdias do Nascimento a Zeferina e Zumbi dos Palmares, 416 verbetes biográficos que encenam um reencontro do Brasil com a memória silenciada de milhões de pessoas negras. Nesta Enciclopédia negra, Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz passam em revista a história do Brasil, da colonização aos dias atuais, a fim de restabelecer o protagonismo negro. E o fazem alcançando o que há de singular, multifacetado e profundo na existência particular de mais de quinhentos e cinquenta personagens

DESCONSTRUINDO



Nesta obra imagética de Victor Meirelles, pode ser observado a presença de indígenas, submetidos a assistir um ritual de costume dos europeus recém-chegados. Na imagem que personifica a primeira missa em territórios do atual Brasil, os autóctones são representados uniformemente padronizados em suas características físicas e dominados por um espanto, em relação ao evento cristão.



Primeira Missa no Brasil
Por Victor Meirelles

Datada de 1861, a representação poderia apenas ser fruto da memória ou da tradição oral, o que possivelmente limitou o autor e influenciou significativamente a reprodução do ato de fé. Este teria ocorrido cerca de 300 anos antes, ainda na primeira semana da descoberta. Mas, a problemática não para por aí, os indígenas representados tangem a romantização e o estereótipo, do bom-selvagem que vivia nu, detinha belos corpos e que de longe admirava a concretização da fé católica.

Não é apenas a criação de Victor Meirelles, que apresenta problemas como a datação e generalização dos povos não colonizadores. Podemos pensar em todas as imagens apresentadas nesta revista "Entre capturas e cativeiros: as resistências indígenas e pretas", que, em geral reproduzem a visão eurocêntrica sob os indígenas e negros, escravizados no período colonial. Enquanto o indígena é romantizado, o negro é subalternizado, sendo vítimas de violências e castigos, sofrendo uma massacrante opressão física e cultural.

ATIVIDADES

1 - FUVEST 2014

Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos [...]. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia se descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõem a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento e martírio [...]. De todos os mistérios da vida, morte e ressurreição de Cristo, os que pertencem por condição aos pretos, e como por herança, são os mais dolorosos.

P. Antonio Vieira, Sermão décimo quarto. In: I. Inácio & T. Lucca (orgs.). Documentos do Brasil colonial. São Paulo: Ática, 1993, p. 73-75.

A partir da leitura do texto acima, escrito pelo padre jesuíta Antônio Vieira em 1633, pode-se afirmar, corretamente, que, nas terras portuguesas da América

- () A - a Igreja Católica defendia os escravos dos excessos cometidos pelos seus senhores e os incitava a se revoltar.
- () B - as formas de escravidão nos engenhos eram mais brandas do que em outros setores econômicos, pois ali vigorava uma ética religiosa inspirada na Bíblia.

- () C - a Igreja Católica apoiava, com a maioria de seus membros, a escravidão dos africanos, tratando, portanto, de justificá-la com base na Bíblia.
- () D - clérigos, como P. Vieira, se mostravam indecisos quanto às atitudes que deveriam tomar em relação à escravidão negra, pois a própria igreja se mantinha neutra na questão.
- () E - havia formas de discriminação religiosa que se sobreponham às formas de discriminação racial, sendo estas, assim, pouco significativas.

2 - Durante o período colonial, os escravizados sofreram um grande impacto cultural, em que ocorreram tentativas, impostas pelos seus senhores e pelas igrejas, de aniquilar seus costumes culturais, principalmente os religiosos. A respeito disso, cite alguns aspectos culturais africanos que resistiram desde o Brasil Colonial até hoje:

3 - (UFSC 2017)

Povos resistentes

Não somos povos emergentes nem povos ressurgidos, somos resistentes! Somos povos resistentes! A frase foi entoada como um grito de guerra pelo cacique Pequena da etnia Jenipapo-Canindé, do Ceará, em um encontro ocorrido em Olinda, em 2006. Esse encontro, que reuniu 47 grupos étnicos, foi um marco na luta dos povos indígenas que ainda não têm sua identidade reconhecida. Muitos grupos buscam esse reconhecimento perante a sociedade e o poder público.

Ser Protagonista: História, 3o Ano: ensino médio. São Paulo: Edições SM, 2013, p. 18.

Sobre os povos indígenas, é correto afirmar que:

1) Santa Catarina não registra índices de conflitos envolvendo comunidades indígenas, entre outros fatores, por ter investido ao longo dos anos em políticas de integração desses povos à sociedade.

2) Com a missão de converter os indígenas ao cristianismo, os jesuítas proibiram hábitos culturais como, por exemplo, a antropofagia, a poligamia e a nudez. Entre outras ações, ainda criaram os chamados "aldeamentos", locais onde os indígenas viviam sob a proteção dos religiosos.

4) Os primeiros colonizadores chamavam pejorativamente de "índio" toda a população que vivia no território da América portuguesa pois não se haviam dado conta da grande variedade de culturas que ocupava o vasto território.

8) Como parte do projeto nacionalista de "brasilidade", a ideia de enaltecer a imagem dos indígenas repercutia intensamente nas propagandas do governo Vargas.

16) Durante o Império, com a aprovação da Lei de Terras (1850), as chamadas terras devolutas foram disponibilizadas por tempo determinado para a reivindicação de posse dos povos indígenas. No entanto, a lei não teve efeito por falta de ampla divulgação entre esses povos.

32) Embora existam garantias legais, o direito dos povos indígenas à terra tem sido ameaçado constantemente por conflitos com agricultores, pecuaristas, madeireiras e mineradoras.

Soma Final: ()

04 - (UFRJ - ADAPTADO)

"(...) meu coração estremece de infinita alegria por ver que a terra onde nasci em breve não será pisada por um pé escravo. (...) Quando a humanidade jazia no obscurantismo, a escravidão era apanágio dos tiranos; hoje, que a civilização tem aberto brecha nas muralhas da ignorância e preconceitos, a liberdade desses infelizes é um emblema sublime (...). Esta festa é a precursora de uma conquista da luz contra as trevas, da verdade contra a mentira, da liberdade contra a escravidão."

(ESTRELLA, Maria Augusta Generoso e Oliveira. "Discurso na Sessão Magna do Clube Abolicionista", 1872, Arquivo Público Estadual, Recife-PE.)

A escravidão está associada às diversas formas de exploração e de violência contra a população escrava. Essa situação, embora característica dos regimes escravocratas, registra inúmeros momentos de rebeldia. Em suas manifestações e ações cotidianas, homens e mulheres escravizados reagiram a esta condição, proporcionando formas de resistência que resultaram em processos sociais e políticos que, a médio e longo prazos, influíram na superação dessa modalidade de trabalho.

Após esta leitura, cite duas formas de resistência dos negros contra o regime da escravidão ocorridas no Brasil.

05 - (FGV-2003)

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.”

ANTONIL, Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 89. Assinale a alternativa correta:

A) A escravização dos negros africanos permitiu que os índios deixassem de ser escravizados durante o período colonial.

B) O trabalho manual era visto como degradante pelos senhores brancos, e a escravidão, uma forma de lhes garantir uma vida honrada no continente americano.

C) Apesar dos vultosos lucros obtidos com o tráfico, a adoção da escravidão de africanos explica-se pela melhor adequação dos negros à rotina do trabalho colonial.

D) Extremamente difundida na Região Nordeste, a escravidão teve um papel secundário e marginal na exploração das minas de metais e pedras preciosas no interior do Brasil.

E) Diante das condições de vida dos escravos, os jesuítas criticaram duramente a escravidão dos negros africanos, o que provocou diversos conflitos no período colonial.

06 - (UFPE)

As razões que fizeram com que no Brasil colonial e mesmo durante o império a escravidão africana predominasse em lugar da escravidão dos povos indígenas podem ser atribuídas a (à):

A) Setores da Igreja e da Coroa que se opunham à escravização indígena; fugas, epidemias e legislação antiescravista indígena que a tornaram menos atraente e lucrativa.

GABARITO

B) Religião dos povos indígenas, que proibia o trabalho escravo. Preferiam morrer a ter que se submetessem às agruras da escravidão que lhes era imposta nos engenhos de açúcar ou mesmo em outros trabalhos.

C) Reação dos povos indígenas, que, por serem bastante organizados e unidos, toda vez que se tentou capturá-los, eles encontravam alguma forma de escapar ao cerco dos portugueses.

D) Ausência de comunicação entre os portugueses e os povos indígenas e à dificuldade de acesso ao interior do continente, face ao pouco conhecimento que se tinha do território e das línguas indígenas.

E) Um enorme preconceito que existia do europeu em relação ao indígena, e não em relação ao africano, o que dificultava enormemente o aproveitamento do indígena em qualquer atividade.

1. Alternativa "C"

2. Resposta esperada: Entre alguns aspectos culturais que resistem desde o Brasil Colonial, pode-se citar as religiões de matrizes africanas, que têm o candomblé como exemplo mais popular, culinária, como o acarajé das baianas, e os movimentos políticos sociais, os quilombos.

3. Soma final: 42 (2, 8 e 32).

4. Uma forma de resistência era a fuga e a posterior organização em quilombos; outra era a simples passividade perante o trabalho e o não-enfrentamento com o senhor, levando o escravo algumas vezes ao suicídio.

5. Alternativa "B"

6. Alternativa "A"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Denise. SANTOS, Francineide Marques da Conceição. **MULHERES NEGRAS: gênero e gastronomia afro-religiosas**. EDUFU, 2016.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Número 19, agosto, 2017.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **TRÁFICO ATLÂNTICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL**. Revista Sankofa, 2017.

LOPES, Lis. **Quilombo Kalunga é reconhecido pela ONU como primeiro território no Brasil conservado pela comunidade**. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/02/11/quilombo-kalunga-e-reconhecido-pela-onu-como-primeiro-territorio-no-brasil-conservado-pela-comunidade.ghtml> . Acessado em: 24/03/2021.

NETO, Dirceu Marchini. **O Trabalho Compulsório no Brasil Colônia**. Revista científica FacMais. Volume III, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena no Brasil: Introdução**. MEC/Unesco, 2006.

OLIVEIRA, R. (Org.). **Uma História do Povo Kalunga**. Brasília: Ministério de Educação -MEC, 2001.

REIS, João José de. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista Usp, 1996.

RESENDE, Maria Leônia Chaves. LANGFUR, Hal. **Minas Gerais indígena: resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei**. In: Tempo. 2007, vol.12, n.23, pp.5-22

ENTRE EM CONTATO CONOSCO



Larissa Barth
@larissabarth_



Giovanna Procopio
@gprocopioq



Gabriel Teles
@gabrieltelesmartins



Henrique Guimarães
@rique_gss



Rafael Pistoresi
@rafapistoresi

UFJ